

## Políticas de promoção ao Futebol praticado por mulheres no Brasil (2011-2014)

**André Pelizario Fiorelli (IC), Mariana Zuaneti Martins (PG), Heloisa Helena Baldy dos Reis (PQ)**  
**Resumo**

A presente pesquisa de iniciação científica tem como objetivo elaborar um inventário e analisar as iniciativas, projetos e políticas relacionadas ao Futebol Feminino brasileiro promovidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pelo primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). Com isso, visa-se discutir como esses atores têm contribuído para o reconhecimento do futebol feminino no país, diminuindo a desigualdade com relação à modalidade praticada por homens.

*Palavras-chave: Futebol, Gênero e Políticas públicas.*

### Introdução

A história da prática de futebol por mulheres no Brasil possui cerca de 90 anos e é marcada por sombras e cerceamentos (GOELLNER, 2005)<sup>1</sup>: a prática foi proibida por quase 40 anos. Mesmo com o fim da proibição e conquistas significativas do futebol feminino, as jogadoras de futebol continuaram a encontrar barreiras para uma prática autônoma e com boas condições.

Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as políticas públicas e privadas direcionadas ao futebol praticado por mulheres de 2011 a 2014, procurando entender se contribuem para promover o reconhecimento ao futebol de mulheres, de acordo com o conceito de Fraser (2006; 2007)<sup>23</sup>.

### Resultados e Discussão

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi feito um levantamento nos sítios eletrônicos do Ministério do Esporte, Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e CBF (Confederação Brasileira de Futebol) acerca de suas iniciativas ao futebol praticado por mulheres.

A categoria central para análise destes dados foi a noção de reconhecimento, definida por Nancy Fraser (2006; 2007). Segundo a autora, a questão do reconhecimento não é apenas uma reivindicação identitária ou cultural, uma vez que implica também em uma dinâmica de redistribuição de recursos, isto é, o enfrentamento da desigualdade material (FRASER, 2006,2007). Nesse sentido, políticas que promovam o reconhecimento do futebol feminino devem não só legitimá-lo culturalmente, mas prover recursos financeiros e materiais para o seu pleno desenvolvimento.

No que se refere ao Estado, o Ministério do Esporte organizou (através de editais) e investiu em competições escolares como a Copa Brasil Escolar sub-17 e a Copa Brasil Universitária. Além disso, o Ministério conseguiu por exemplo,

um financiamento de R\$10 milhões da "CAIXA" para realização do "Brasileirão Feminino CAIXA". Já a Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República (SPM) realizou fóruns, espaços de debate sobre o tema Mulheres e Futebol, discutindo medidas para a modalidade por meio do Plano Nacional para as mulheres.

Já a CBF nesses últimos 4 anos organizou apenas uma competição nacional: a Copa do Brasil. Já o Brasileirão Feminino "CAIXA" foi apenas cancelado pela entidade, que terceirizou a organização do Brasileirão a Sport Promotion. Quanto as categorias de base, a CBF apenas apoiou seletivas estaduais de jogadoras, cobrando resultados imediatos dos até então técnicos das seleções brasileira Márcio Oliveira (principal) e Emily Lima (sub-17).

### Conclusões

Da análise das iniciativas públicas e privadas ao futebol praticado por mulheres, pode-se dizer que as políticas promovidas pelo Estado levaram a um reconhecimento mínimo do futebol praticado por mulheres, já que possibilitaram que mais meninas e mulheres pratiquem futebol nas escolas, além de terem a possibilidade de atuarem nas categorias de base da seleção brasileira. Já a CBF, por outro lado, tem tomado poucas iniciativas, já que a entidade não faz muitos esforços para organizar competições e investir na melhor estruturação da modalidade, seja nas categorias de base ou na principal.

### Agradecimentos

Pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>1</sup>GOELLNER, S. Mulheres e Futebol. Entre sombras e visibilidades. Rev Bras.Educ.Física.2005, p143-151.

<sup>2</sup> FRASER, N.Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós – socialista'. Cadernos de campo.2006.p.231-239

<sup>3</sup> FRASER, N. Reconhecimento sem ética? Lua Nova.2007.p101-108.